



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

CONTRATO Nº 09/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, ACÂMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUMBE E A
EMPRESA LINHA VERDE LOCADORA EIRELI,
DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº
01/2019.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUMBE/SE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.223.982/0001-31, com sede na Rua Maria Goes de Moraes, nº 80, Cumbe/SE, CEP 49660-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Presidente, o Sr. **DEGIJOSÉ RAIMUNDO SANTOS**, inscrito no CPF nº 366.710.455-34 e a empresa **LINHA VERDE LOCADORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.833.560/0001-10, estabelecida no Avenida Leandro Maciel, s/nº, Sala 1 Rod SE 302, Bairro Centro, Cumbe/SE, CEP 49660-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por sua sócia administradora, a Srª Ana Paula Farias dos Santos, portadora do RG nº 3.742.290-1 SSP/SE e do CPF nº 084.231.655-82, tem justo e acordado entre si o presente Contrato de Prestação de Serviço, de acordo com as disposições regulamentares contidas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, obedecendo integralmente o regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, ainda, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais e as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículo tipo sedan para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Cumbe/SE**, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão Presencial nº 01/2019 e seus anexos, e proposta da Contratada, de acordo com o art. 55, XI da Lei nº 8.666/93, passando tais documentos a fazer parte integrante do presente instrumento para todos os fins de direito.

CLAUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2. As despesas oriundas do objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos orçamentários do Orçamento Programa, do Município de Cumbe/SE com dotação suficiente, obedecendo a seguinte classificação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
01001 – Câmara Municipal	01.031.0008.2001 - Manutenção da Câmara Municipal	3390.39.00- Outros Serviços Terceiro de Pessoa Jurídica	FR: 1001.0000 RP

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3. Pela perfeita e fiel execução do objeto deste Contrato, o **CONTRATANTE**, pagará a **CONTRATADA**, o valor global de **R\$ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta reais)** conforme especificações abaixo:

ITEM	UNID	ESPECIFICAÇÃO	QT	VL UNIT (R\$)	VL TOTAL (R\$)
01	MÊS	Locação de um veículo tipo passeio sedan, 05 portas, completo, câmbio automático, potência mínima do motor 1.5, capacidade para cinco pessoas, incluindo o motorista, ano de fabricação/modelo não inferior a 2019, com todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN. Com motorista e combustível por conta da CONTRATANTE.	12	2.580,00	30.960,00

LINHA VERDE LOCADORA EIRELI
Ana Paula Farias dos Santos
SÓCIA-ADMINISTRADORA



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

		Manutenção por conta da CONTRATADA. Quilometragem livre.			
		MARCA/MODELO: TOYOTA ETIOS 1.5			
				TOTAL	30.960,00

3.1. Nos preços estão incluídas todas as despesas de salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como quaisquer outras indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato, exceto os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

CLÁUSULA QUARTA - DOS REAJUSTES E REVISÃO DOS PREÇOS

4.1. Os preços dos serviços, objeto do Contrato, permanecerão irrevogáveis durante a vigência contratual. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com a variação do índice do INPC registrado pela fundação Getulio Vargas.

4.2. A CONTRATADA obriga-se a repassar ao CONTRATANTE todos os preços e vantagens, ofertados ao mercado, sempre que esses forem mais vantajosos, do que os vigentes.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, inciso II da 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA


6.1. Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a empenhar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, obrigando-se ainda a:

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos equipamentos necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal de Vereadores ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do Contrato.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante o prazo de vigência da garantia dada, estipulada na proposta da Contratada.
- Manter, durante toda a execução do contrato, as exigências de habilitação ou condições determinadas no procedimento da licitação que deu origem ao presente Contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. O **CONTRATANTE**, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.


UMA VEREADORA EIRELI
Ana Paula Farias dos Santos
SÓCIA-ADMINISTRADORA



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e em atendimento à Resolução nº 296 de 11 de agosto de 2016, do TCE/SE, ficará designado servidor nomeado em portaria específica, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, com autoridade para exercer, em nome deste Fundo, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços contratados.

8.2. À FISCALIZAÇÃO compete, entre outras atribuições:

- I - Solicitar ao contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da execução dos serviços;
- II - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas especificadas e se os procedimentos empregados são adequados, para garantir a qualidade desejada do serviço;
- IV - Anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

8.3. A ação da FISCALIZAÇÃO não exonera o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

9. O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art 73, inciso I, letra "a", "b", da lei 8.666/93, com alterações posteriores;

9.1. O serviço executado em desacordo com o estipulado no instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário será rejeitado parcial ou totalmente, conforme o caso;

9.2. Caberá ao fiscal do contrato, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes ao executado, em pleno acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Contrato.


CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, através de crédito na Conta Bancária do contratado, mediante apresentação das notas fiscais/faturas dos serviços objeto do Contrato. As referidas notas fiscais deverão ser apresentadas com um intervalo mínimo de 05 (cinco) dias consecutivos do seu vencimento, no protocolo desta Câmara Municipal de Vereadores, acompanhadas da seguinte documentação hábil à quitação: Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) contendo o atesto que os serviços foram executados; a Certidão Negativa de Débitos junto às Fazenda Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF e CNDT.

10.2. Eventuais pagamentos efetuados a maior ou a menor em virtude de erro no faturamento, poderão ser compensados nas faturas seguintes;

10.3. Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a CONTRATADA apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o Contrato será rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ficando assegurado à CONTRATADA, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos serviços efetivamente prestados e atestados na forma do item 10.1;

10.4. O pagamento das obrigações relativas ao contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º § 2º, inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 5º e 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.


LINHA VERDE LOCADORA EIRELI
Ana Paula Farias dos Santos
ADMINISTRADORA



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11. No caso de atraso injustificado ou inexecução, total ou parcial, do compromisso assumido com o **CONTRATANTE**, as sanções administrativas aplicadas à **CONTRATADA** serão:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

11.1. A multa será aplicada até o limite de 20% (vinte por cento) do valor da parcela mensal do atraso e, no caso de atraso não justificado devidamente, cobrar-se-á 1% (um por cento) por dia, sobre o valor mensal da respectiva parcela afetada, o que não impedirá, a critério da Câmara Municipal de Vereadores, a aplicação das demais sanções a que se refere esta cláusula, podendo a multa ser cobrada diretamente da **CONTRATADA**, amigável ou judicialmente;

11.2. Caso a **CONTRATADA** venha a falhar ou fraudar a execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.3. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, ficando sua aceitação a critério do **CONTRATANTE**.

11.4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da **CONTRATADA**, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTRATO E RESPECTIVAS ALTERAÇÕES

12.1 Compete a ambas as partes de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores e em outras disposições legais pertinentes, realizar, mediante Termo Aditivo e/ou Termo de Re-Ratificação, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

12.2. A Administração poderá cancelar a Nota de Empenho que vier a ser emitida, em decorrência do Pregão Presencial e rescindir o correspondente Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, ficando assegurado o contraditório e o direito de defesa:

a) for requerida ou decretada a falência ou liquidação da **CONTRATADA**, ou quando ela for atingida por execução judicial, ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômica e financeira;


b) a Contratada for declarada inidônea ou punida com proibição de licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública;

c) em cumprimento de determinação administrativa ou judicial que declare a nulidade da adjudicação.

12.3. Em caso de concordata, o Contrato poderá ser mantido, se a **CONTRATADA** oferecer garantias que sejam consideradas adequadas e suficientes para o satisfatório cumprimento das obrigações por ela assumidas;

12.4. A critério do **CONTRATANTE** e em função das necessidades dos serviços, a **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO


LINHA VERDE LOCADORA EIRELI
Ana Paula Farias dos Santos
SÓCIA-ADMINISTRADORA



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

13. O presente Contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e rescindido, a juízo do **CONTRATANTE**, nos casos previstos no Art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, reconhecidos os direitos da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

16. Fica eleito o Foro de Nossa Senhora das Dores para dirimir questões oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e pactuados, assinam as partes este Termo de Contrato, em três (03) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo:

Cumbe/SE, 09 de setembro de 2019.

DEGIVALDO SANTOS

Presidente da Câmara de Vereadores

CONTRATANTE

LINHA VERDE LOCADORA EIRELI

Ana Paula Farias dos Santos

SÓCIA-ADMINISTRADORA

LINHA VERDE LOCADORA EIRELI

CONTRATADA

Testemunhas.

1. Maria Cleziane dos Santos

2. Rosana Barbosa Santos Rodrigues



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

**EXTRATO
CONTRATO Nº 09/2019**

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 01/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículo tipo sedan para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Cumbe/SE.

CONTRATADA: LINHA VERDE LOCADORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.833.560/0001-10.

VALOR MENSAL: R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora: 01001 – Câmara Municipal, Projeto ou Atividade: 01.031.0008.2001 - Manutenção da Câmara Municipal, Natureza da Despesa: 3390.39.00- Outros Serviços Terceiro de Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: FR: 1001 RP

Cumbe/SE, 09 de setembro de 2019.

DEGIVALDO SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores
CONTRATANTE

EXTRATO



**ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE CUMBE
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

EXTRATO CONTRATO Nº 09/2019

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Presencial nº 01/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículo tipo sedan para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de Cumbe/SE.

CONTRATADA: LINHA VERDE LOCADORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 26.833.560/0001-10.

VALOR MENSAL: R\$ 2.580,00 (dois mil, quinhentos e oitenta reais).

VALOR GLOBAL: R\$ 30.960,00 (trinta mil, novecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 12 meses.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Unidade Gestora: 01001 – Câmara Municipal, Projeto ou Atividade: 01.031.0008.2001 - Manutenção da Câmara Municipal, Natureza da Despesa: 3390.39.00- Outros Serviços Terceiro de Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: FR: 1001 RP

Cumbe/SE, 09 de setembro de 2019.

DEIVALDO SANTOS
Presidente da Câmara de Vereadores
CONTRATANTE

Esta edição encontra-se no site: <http://www.municipioonline.com.br/se/prefeitura/cumbe>